



OMAR FREITAS, 07/17/2016

Liderança em produtividade

O Rio Grande do Sul possui as maiores produtividades de arroz quando comparado a regiões do Mato Grosso e Maranhão, Estados com representatividade na produção do grão. O sistema de irrigação por inundação e a qualidade dos solos são fatores que favorecem o

melhor desempenho da lavoura gaúcha, responsável por 70% da safra no ciclo 2015/2017. Em estudo, elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Uruguaiana apresenta a maior produtividade, com 8 mil quilos por hectare, e o menor custo va-

riável de produção. A região da Fronteira Oeste possui solos com boa fertilidade e maior radiação. Em Cachoeira do Sul, observa-se o maior custo variável e em Santo Antônio da Patrulha a menor produtividade do Estado, com 6,9 mil quilos por hectare.

INOVAÇÃO

Pesquisa mais acessível

Quer conhecer as pesquisas de agronegócio de forma descomplicada? A Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Lanagros) lançará no início de 2017 a revista Sagres. Com linguagem acessível, a revista estará disponível nas versões impressa e online. Os leitores poderão acompanhar os serviços analíticos disponíveis na rede oficial dos laboratórios do Ministério da Agricultura. Também irão conhecer os trabalhos científicos

aplicados à defesa agropecuária produzidos ou orientados pelos fiscais federais agropecuários.

De acordo com Ângelo de Queiroz, auditor fiscal federal agropecuário e coordenador do Projeto Sagres, a revista tem a intenção de divulgar a pesquisa científica.

– Queremos demonstrar a robustez da pesquisa realizada na rede Lanagros e a importância dela para a segurança alimentar dos consumidores – detalha Queiroz.

MERCADO

Letra de crédito para investimento

A partir de agora, os recursos da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) passarão também a contemplar os financiamentos de investimento, além do custeio rural. A normativa foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) nesta semana. As instituições financeiras que operam com o crédito rural devem, obrigatoriamente, direcionar 14% dos recursos que capturem via LCA para custeio rural a uma taxa de até 12,75% ao ano. A partir de agora poderão direcionar os recursos também para financiamentos de investimento rural, obrigatoriamente com a mesma taxa.

O conselho também ajustou as normas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para vedar o enquadramento no Proagro tradicional de empreendimentos em locais não alcançados pelo zoneamento agrícola de risco climático, elaborado pelo Ministério da Agricultura.

VOZ CAMPEIRA Observatório do Clima

Mitos sobre o Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural está gerando dúvidas agora que os mapas mostrando as propriedades cadastradas estão abertos na internet. Uma delas é sobre a própria legalidade de deixar esses mapas acessíveis a todos.

A transparência é prevista por lei - mais especificamente, pelo Código Florestal. Quando os representantes do setor agropecuário no Congresso alteraram essa lei, em 2012, as multas por desmatamento ilegal praticado antes de 2008 puderam ser anistadas. A mudança reduziu em 50% a vegetação nativa por restaurar. Na época, o CAR foi criado justamente para monitorar o cumprimento da lei, para que os próprios produtores pudessem se beneficiar da anistia. O texto do código deixa claro que se trata de registro público.

Segundo Adriana Ramos, coordenadora do Programa de Política e Direito socioambiental do Instituto Socioambiental, o novo Código Florestal trouxe alguns incentivos, que ainda precisam ser regulamentados para beneficiar os produtores

que buscam a regularização. Mas só será possível acessar tais benefícios com um cadastro efetivo e transparente.

Outra dúvida é se essa transparência viola a privacidade dos produtores.

Isso não acontece

porque informações pessoais continuam inacessíveis ao público em quase todos os Estados, com exceção do Pará, onde dados como CPF e número de matrícula da propriedade estão abertos. Não há violação à privacidade também porque não se trata de um monitoramento em tempo real das atividades em curso dentro das propriedades, nem de imagens do interior das instalações de uma propriedade. Por serem imagens de satélite, são muito semelhantes ao que já está disponível, por exemplo, pelo Google Earth.

O conjunto de dados do CAR é estratégico por constituir uma base de dados para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento. Mas não revelam qualquer informação estratégica para a concorrência. Pelo contrário: o CAR facilita a vida de quem já opera em cadeias rastreadas, como é o caso dos milhares de produtores rurais que já são monitorados pelas grandes indústrias alimentícias e empresas de commodities,

preocupadas em garantir a origem do produto que compram.

Apenas aqueles que desmatam não querem que o cadastro seja acessível ao mercado. Mas, para quem cumpre a lei, o cadastro traz justiça: ele separa o joio do trigo.



Se sua entidade registrada quiser participar da seção, envie e-mail para campo@zerohora.com.br

INDÚSTRIA

Marfrig reafirma demissões

Reunião realizada na quinta-feira pelo Ministério Público do Trabalho, que mediou tentativa de acordo entre a Marfrig Frigoríficos e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Alegrete, terminou sem avanço. A audiência foi convocada a partir da confirmação de que a Marfrig demitirá, a partir de janeiro, os 648 empregados.

A procuradora do Trabalho Fernanda Arruda Dutra, responsável pela mediação, propôs que a empresa transferisse a operação da planta a empresas interessadas. A empresa anunciou a decisão de encerrar as atividades em Alegrete e de manter o controle das instalações,

locadas do Frigorífico do Mercosul, até 2031. Sobre as demissões, a Marfrig propôs ao sindicato o pagamento de valores rescisórios, mais três cestas básicas. Os termos não foram aceitos pelo sindicato e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Afins (CNTA-Afins).

A Marfrig é a segunda maior empregadora do município, ficando atrás apenas da própria prefeitura. Em janeiro de 2015, o frigorífico teve seu fechamento impedido por liminar, e em fevereiro do mesmo ano comprometeu-se a manter as atividades em Alegrete por um ano.